

## **As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e economia solidária em Baixa das Carnaúbas, Caucaia – CE**

Gabriela Colares Teixeira<sup>1</sup>  
Antonio George Lopes Paulino<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Pensar a experiência das mulheres da Pracaju significa inserir-se em um terreno fértil onde a solidariedade parece crescer e dar frutos. É, ao mesmo tempo, reconhecer a situação de vulnerabilidade relacionada à questão de gênero, haja vista que, muitas vezes, não lhes falta só renda, mas também espaço, voz, autoestima. Elas inscrevem-se, assim, em um contexto mundial de exclusão feminina que se agrava no ambiente rural onde vivem.

Este artigo é, então, fruto da dissertação de mestrado “As mulheres da Pracaju: um olhar sobre gênero e economia solidária em Baixa das Carnaúbas, Caucaia – CE”<sup>3</sup>, na qual foi abordada a experiência do associativismo, no âmbito da economia solidária, no grupo de mulheres do projeto Produção Rural Alternativa de Caju – Pracaju, realizado na comunidade Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia – CE. A comunidade encontra-se a cerca de 60 km de Fortaleza e localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O referido projeto consiste na produção de alimentos para venda a partir de frutos da região, tendo como carro-chefe o beneficiamento do Caju.

O estudo teve por escopo compreender, através da inspiração na perspectiva antropológica, como as mulheres de um projeto associativo no meio rural cearense vivem o processo de colaboração entre elas, e de que forma interpretam e vivenciam a experiência da solidariedade e da geração de renda. Destaca-se que apesar de as falas das interlocutoras não explicitarem verbalmente o conceito de solidariedade, tal categoria fica implícita como palavra, mas explícita nas relações sociais descritas. Assim, a investigação

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Professor Adjunto IV no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, área de Antropologia. Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFC. Coordenador do Laboratório de Antropologia e Imagem – LAI/UFC.

<sup>3</sup> Dissertação defendida em 2016 por Gabriela Colares Teixeira, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, orientada pelo Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.

partiu do pressuposto de que a pobreza atinge de modo específico às mulheres, principalmente aquelas que vivem no meio rural. Segundo Guérin (2005), a especificidade da pobreza entre as mulheres leva à necessidade de buscar outras formas de solidariedade. Elas são, segundo a autora, frequentemente os primeiros sujeitos das práticas da economia solidária, uma vez que essas experimentações oferecem uma oportunidade inédita no avanço das lutas contra as desigualdades entre os sexos. Nesse contexto, buscou-se compreender, levando em conta a particularidade da pobreza entre as mulheres e a situação de vulnerabilidade no meio rural, como se caracteriza um processo em movimento, que tem a solidariedade como uma via possível para estimular o rompimento de uma lógica de dependência, intrínseca a uma sociedade patriarcal e clientelista, no sentido de abrir perspectivas de autonomia e de convivência harmoniosa com o meio ambiente.

## **CONHECENDO A PRACAJU**

A Pracaju consiste em um grupo de mulheres, vinculado à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Baixa das Carnaúbas, que utiliza frutos da região para produção de alimentos para venda. O carro-chefe, como já dito, é o pseudofruto do caju, também conhecido como pedúnculo. Através do seu beneficiamento, as mulheres do projeto produzem cajuína, polpas, mel, doce, xarope, bolo, cocada e ainda sequilho, pastel de forno e lasanha de “carne” de caju. Na entressafra, no entanto, trabalham com diversos outros frutos, aos quais têm acesso nos quintais de casas da própria comunidade ou nas comunidades vizinhas, como cajá, goiaba, manga, acerola, ubaia<sup>4</sup> etc. Segundo as moradoras e os moradores, esse último é típico da região e esteve no mercado de Caucaia pela primeira vez através delas. O projeto foi selecionado pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) por meio

---

<sup>4</sup> A uvaia é uma planta da família *Myrtaceae* e é também conhecida como ubaia, uvaieira, uaieira, uvalha. O seu fruto chama-se também “ubaia” e “uvaia”. É uma espécie com origem no Brasil, ocorrendo mais comumente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (UVAIA, 2015). O fruto, no entanto, também pode ser encontrado em outros estados e sua presença em Caucaia se dá em função de fragmentos da floresta de tabuleiro que ainda se pode encontrar na região (CAUCAIA, 2013).

do programa “Ideia da Gente”<sup>5</sup> e recebeu aporte financeiro para aquisição de maquinário e cursos de capacitação<sup>6</sup>.

As mulheres dividem-se em turnos e tarefas que começam antes do raiar do sol, quando as “catadoras” colhem os frutos para deixar na “minifábrica” – como chamam seu espaço de produção, onde, durante manhã e tarde, outros dois grupos dão continuidade aos trabalhos, com o beneficiamento. Há, no entanto, grande flexibilidade de tarefas e horários, uma vez que se reconhecem as necessidades de cada uma, pois, como explica Joselina, a coordenadora externa da Pracaju,

como nosso grupo é formado totalmente por mulheres, elas ainda têm que se dividir entre o trabalho na Pracaju e o cuidado com os filhos. São mães solteiras que precisam ralar para garantir o pão na mesa (Joselina, 48 anos, jan/2016).

Para observar como se dá a experiência da solidariedade, da qual já dá pistas a fala de Joselina sobre as condições das mulheres do grupo, em um ambiente de trabalho com vínculos associativistas, a investigação seguiu uma inspiração antropológica, fazendo uso também de técnicas de pesquisa como produção de diário de campo e entrevistas gravadas, que não seguiram um roteiro fechado, mas que se pautavam pelas questões que norteiam esta pesquisa. Deste modo, foi priorizada a adoção de estratégias, métodos e técnicas qualitativas, visando observar o processo de auto-organização dessas mulheres no âmbito da economia solidária e do associativismo.

Nas entrevistas é possível observar muito mais do que aquilo que foi declarado verbalmente. Há os interditos, há também entonações, gestos, empatias, silêncios. Propôs-se, então, um esforço de observação no intuito de fortalecer a interação junto às mulheres da Pracaju, a fim de estabelecer uma

---

<sup>5</sup> O Programa Ideia da Gente foi lançado em 2013 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sustentável nas comunidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Os projetos apoiados pela CSP no Ideia da Gente I e atualmente em execução são: Maré Alta, Pracaju, Bom de Bola e Criança na Escola, Caminhando para o Futuro, Vida Maria, Trigo e Esperança, Polo de Confeção Solidária e Lagoa das Cobras Confeções (<http://www.cspecem.com/>).

<sup>6</sup> É interessante ressaltar aqui os processos contraditórios que se observam no que tange ao envolvimento de empresas com a chamada responsabilidade socioambiental. A CSP é alvo de duras críticas de movimentos que se voltam para a defesa da justiça socioambiental, como o núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), da UFC. A presença de um empreendimento como a CSP traz enormes impactos e o investimento em projetos não lhe exime de muitos danos que produz. Essa percepção não se encontra presente somente entre os movimentos citados, mas também se verifica nas falas de pessoas da comunidade Baixa das Carnaúbas. Tal tema será, no entanto, desenvolvido, ainda que de forma resumida, no decorrer do terceiro capítulo deste artigo.

simetria equilibrada de troca de conhecimentos. Assim, elas foram acompanhadas quase que semanalmente em seu cotidiano, no período de janeiro a junho de 2016, dentro e fora do espaço da fábrica, e em cada etapa dos seus trabalhos: plantação, colheita, escolha e limpeza dos frutos, e seu beneficiamento, além de momentos comemorativos, de confraternização e de visitas de estudantes e repórteres curiosos em conhecer a experiência.

As nove mulheres que formam a Pracaju possuem idades variadas, indo de vinte a sessenta anos, e dividem-se em três turnos, como já dito, iniciados ainda de madrugada com o grupo das “catadoras”. Elas são responsáveis por colher os frutos e deixá-los na “fábrica” até às sete da manhã, horário em que entra em atividade o segundo grupo, dando continuidade ao trabalho no processamento desses frutos. O beneficiamento é concluído no terceiro turno, que inicia à uma hora da tarde e finaliza o dia por volta das dezessete horas.

As principais vendas dos produtos são feitas para o PAA<sup>7</sup>, para quem a Pracaju produz semanalmente. O programa governamental, então, distribui os alimentos para órgãos públicos do município de Caucaia. Os pagamentos feitos pelo PAA, divididos por elas de acordo com as horas trabalhadas – forma de pagamento eleita por elas em reunião – têm, no entanto, atrasado, fazendo-as, às vezes, ficar até três meses sem remuneração. Os produtos também são comercializados em visitas a residências de Baixa das Carnaúbas e comunidades vizinhas, bem como em pequenos comércios locais, mas essas vendas representam um expediente mais fortuito e pontual, com representatividade bem menor, se pensarmos apenas no sentido financeiro.

A comunidade Baixa das Carnaúbas faz parte da região coberta pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), do qual a CSP faz parte. A siderúrgica que, segundo Teles (2015), emprega a maior parte da mão-de-obra

---

<sup>7</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é vinculado ao Governo Federal e compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. O Programa foi criado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do Fome Zero. Os alimentos comprados de agricultores familiares são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos.

local, tem em sua grande maioria trabalhadores do sexo masculino. Apesar de não haver números disponíveis sobre a absorção de mão-de-obra por gênero na comunidade Baixa das Carnaúbas em específico, os números que Teles (2015) traz em sua pesquisa sobre o CIPP, demonstrando que na CSP 74% da mão-de-obra pertencem ao sexo masculino, podem ser indicadores da condição de vulnerabilidade das mulheres que ali vivem. Além desses números, as falas das mulheres da Pracaju confirmam essa realidade. Como explica Lily Bernardo, eleita coordenadora interna do grupo, ao apresentar o projeto para alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o “público alvo” do projeto são mulheres em vulnerabilidade.

Lily relata que havia saído da Baixa das Carnaúbas para Fortaleza a fim de se qualificar para trabalhar nas empresas do CIPP e voltar para a comunidade. Estava procurando emprego quando surgiu uma vaga no projeto da Pracaju, que estava em seu início. Antes de ir para Fortaleza, Lily diz que “era envolvida com a comunidade”, e, não por acaso, pouco após entrar no projeto foi eleita internamente como coordenadora. A vaga que surgiu foi no lugar de seu irmão mais novo – já que o projeto, no início, também visava incluir jovens, independentemente do sexo, por reconhecer o grupo também como uma população em situação de vulnerabilidade –, que após vinte dias no projeto, foi chamado para uma das empresas do CIPP.

Como coordenadora interna, Lily acaba por ser também, assim como Joselina, uma espécie de porta-voz daquele grupo, configurando-se também como o “informante privilegiado” do qual nos fala Agier (2015). Para o autor, além de serem “informantes excepcionais” pela visão de conjunto que possuem do grupo, as lideranças são igualmente privilegiadas no sentido em que elas mesmas são uma informação. Lily fala da sua felicidade em ser parte de um projeto que ajuda outras mulheres. Além da generosidade presente no que diz, percebe-se que as mulheres de quem ela fala também são ela mesma, que deixou a comunidade em busca de qualificação e ao voltar continuou sem emprego e oportunidade até entrar na Pracaju.

Rocicleia, ou Tia Roci, é mãe e avó solteira, se diz “casada-separada” e completa: “eu sou sozinha, só eu e meu menino”. Aos 60 anos, é das mais empenhadas do grupo e aproveita as horas de trabalho também para confidenciar com elas, com quem divide seus segredos. No grupo, faz todas as

atividades, mas seu ponto forte é o doce e foi eleita, assim, a doceira do projeto. Fora da Pracaju se divide entre ajudar os filhos a cuidar dos netos e o trabalho de cuidadora de uma senhora doente, do qual havia saído quando entrou para o projeto, mas acabou voltando, pela necessidade financeira, uma vez que a renda da Pracaju tem atrasado. Sua experiência dá pistas de que a lógica de entrar na Pracaju para gerar renda pode se inverter. A necessidade financeira, da qual o projeto parece às vezes não dar conta, faz com que ela procure “um horarozim fora”, não deixando, no entanto, de dedicar-se às atividades de lá. Ao falar do que fazia antes de entrar na Pracaju e de como são seus dias agora, fica claro que o que a motiva a continuar no projeto vai além de valores mercadológicos. “A gente sai, anda...”, relata Tia Roci, que assim como a maioria das outras que lá estão, parece que tinha sua vida restrita ao mundo doméstico antes de viver a experiência do projeto, que agora proporciona também a possibilidade de outros espaços de convivência, de relações, de vínculos sociais, fora do ciclo exclusivamente familiar.

Assim, na Pracaju pode-se perceber a importância desse ambiente para a expansão do mundo dessas mulheres para além do espaço de reprodução, ou seja, o universo doméstico. Infere-se também um ambiente de companheirismo e ampliação dos laços sociais dessas mulheres. Ao mesmo tempo, apesar dos méritos do projeto, este também encontra dificuldades em dar conta de muitos dos problemas que as relações sociais de gênero impõem no que tange às responsabilidades parentais. Lily informa que um dos objetivos delas é construir um espaço de convivência, em cima da fábrica, para que as mulheres possam deixar os filhos enquanto trabalham. É interessante notar que nesse ponto o projeto parece não questionar a lógica patriarcal de responsabilizar somente as mães pela criação dos filhos. Ao buscar construir um espaço para os filhos no próprio trabalho, elas continuam tomando para si tal responsabilidade. Enquanto o local ainda não é construído, no entanto, o grupo possui apenas uma mulher que tem filho pequeno.

A ideia do projeto Pracaju surge através de Joselina, que se inspirou no trabalho de outra mulher, sua mãe, com beneficiamento de um pseudofruto da região. Um projeto voltado para mulheres e que tem também como motivação o fortalecimento do contato com a natureza através da sobrevivência pela terra, assumindo elas, então, uma consciência de preservação e, com

isso, um papel decisivo nesse processo. Joselina explica que esse projeto mais antigo não teve o êxito que a Pracaju tem obtido por não ter sido algo que tivesse nascido dentro da associação da própria comunidade, mas de uma comunidade próxima. Observa-se, assim, um exemplo em que a proposta do associativismo sob a luz da economia solidária aparece como via possível para o fortalecimento de mulheres e ainda a importância que essa experiência traz para o fortalecimento comunitário, ou seja, para o bem comum.

## **A PRACAJU NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Para contextualizar o fenômeno da economia solidária, autores como Razeto (2001), Singer (2002), França Filho (2002), Andion (2005), Oliveira (2008), Laville e França Filho (2009) e Paulino (2012) sustentam-se na ideia de solidariedade como força capaz de suavizar processos de exclusão social. Torna-se mister, no entanto, ressaltar que, apesar de entenderem o conceito de solidariedade como alicerce comum dos empreendimentos solidários, os estudos de tais autores indicam direções de análises diferentes com relação à temática.

Nos estudos de França Filho (2002) e Laville e França Filho (2009), a atenção recai ao atrelamento entre os projetos de economia solidária, o papel estatal e a iniciativa privada, ao tentarem expandir e estimular políticas públicas, sugerindo ações mais abrangentes e eficazes que também se revertam em benefício para a sociedade como um todo. Singer (2002), Razeto (2001), Oliveira (2008) e Andion (2005) seguem a mesma direção e complementam destacando as organizações de economia solidária ao buscarem sua origem na sociedade civil, uma vez que tais empreendimentos se formam a partir de ações nas quais se observa a cooperação entre aqueles que os integram. É, assim, segundo o ponto de vista dos autores, através de ações de cooperação que se dá a transformação das realidades em que estão inseridos, ao passo em que a interface com outros campos da sociedade, como a iniciativa privada e o Estado, é parte do contexto onde tais organizações atuam.

De acordo com França Filho (2002), os empreendimentos de economia solidária podem ser assinalados como uma (re)estruturação, ou

ainda, uma (re)atualização da economia social. O autor faz referência a determinado contexto histórico para explicar que organizações de economia social ou mutualistas têm sua origem no associativismo europeu, com destaque na França, onde interesses de ajuda mútua estavam presentes em uma parte descaracterizada do Estado, no decorrer do século XIX. Sobre o surgimento da economia solidária, Singer e Guérin (2005) reportam-se ao período do capitalismo industrial, quando os pequenos produtores agrícolas e operários, exaustos das condições de exploração próprias da mercantilização da economia daquele período, sentiram a necessidade de se organizarem, dando início, assim, ao que se chama economia social, concepção essa que, mesmo de forma incipiente, está no início dos ideais cooperativistas (VAN HERK, 2011). Assim, no intuito de esclarecer acerca dos termos atuais da economia solidária, Singer (2002) retoma a contextualização de sua origem dando luz ao seu marco, no século XIX, nos ideais utópicos dos socialistas daquela fase, período que o autor nomeia “cooperativismo revolucionário”, quando as explorações do sistema industrial acarretaram mazelas como exclusão social e sujeição, provocando, assim, o nascimento das primeiras aldeias cooperativas na Europa. A economia solidária surge, então, como reação ao empobrecimento de artesãos que tiveram seus trabalhos substituídos pela difusão das máquinas.

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado (SINGER, 2002, p. 29).

Para Guérin (2005), o nascimento da economia solidária é balizado pelo momento em que os movimentos sociais, ao buscarem abrandar as exclusões sociais vividas pelo povo, fizeram surgir novas formas de organização – tanto na esfera socioeconômica como na política e cultural – onde solidariedade e cooperação são os termos que se sobressaem.

Apesar do nome “economia solidária” não aparecer nas falas das mulheres da Pracaçu, as características do projeto convergem àquilo que é definido no âmbito das organizações solidárias. Lá, as tomadas de decisão e as divisões do fruto do trabalho se dão de forma coletiva; ademais, não existe

um patrão, um chefe ou aquele que lucre em cima da força de trabalho dessas mulheres. Joselina destaca, ao explicar que elas pretendem formalizar institucionalmente o projeto como cooperativa, que “a Pracaju vai se tornar uma cooperativa, porque tudo que é processado dentro da Pracaju, tudo que dentro dela é trabalhado, tira-se a despesa e divide-se o lucro”. Assim, se, para Singer (2000), a economia solidária é uma forma de produção na qual se têm como princípios basilares a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, é possível afirmar que a Pracaju caracteriza-se como um empreendimento solidário.

Elas todas têm consciência do que pode fazer e do que sabe fazer, é isso que é bonito no grupo. [...] aqui não tem a chefe, não tem o pivô tal, a fulana de tal. [...] não, aqui é Pracaju, Pracaju é todas [...] a Pracaju é a chefe (Joselina, 48 anos, jun//2016).

Esta fala é também muito emblemática no sentido de demonstrar que essas mulheres podem não ter uma aproximação ao universo intelectual/acadêmico ou mesmo dos movimentos sociais, onde se discute economia solidária, mas seu cotidiano, suas relações, seus saberes e fazeres materializam, na prática, princípios de tal movimento econômico.

O que foi observado nas idas a campo corrobora o que é dito pela agente de saúde e líder comunitária. Durante todo o tempo em que o cotidiano na “minifábrica” foi acompanhado, pôde-se observar que as funções desempenhadas pelas mulheres que lá trabalham podem variar de acordo com a necessidade ou o desejo de cada uma. As escolhas dos horários e as atividades que exercem lá dentro são determinadas por elas mesmas e podem ser flexibilizadas de acordo com alguma necessidade que possa vir a surgir. Algumas possuem outros trabalhos e precisam, assim, ir para a Pracaju nos seus turnos livres. Há quem trabalhe em outro lugar de manhã e de tarde e por isso escolheu o turno da madrugada para se dedicar ao projeto.

Relata-se aqui, de forma resumida, o dia em que as mulheres da Pracaju formaram um mutirão com demais pessoas da comunidade e foram ao pomar para plantar cajueiros. Tal ocasião demonstra a configuração de um ambiente de diálogo e tomada de decisões. Na observação dessa atividade pôde-se ver que, ao chegarem ao local onde seriam plantadas as mudas, apesar de existir uma liderança centrada em Joselina, cada uma decidiu por si

o que iria fazer. O deslocamento até o pomar deu-se no carro do marido de Joselina. No caminho ela começa a dar algumas instruções do que precisava ser feito: enquanto ela iria medindo, com a ajuda de mais alguém, a distância de um ponto para outro onde os cajueiros seriam plantados, outras viriam na sequência cavando os buracos, para que outras plantassem e em seguida alguém aguassem; havia ainda a necessidade de catar murici e ubaia, fruta típica da região, com as quais elas começariam a fazer polpa. Na chegada ao pomar, cada uma foi assumindo uma tarefa e coletivamente plantaram as mudas de caju.

Para Guérin (2005), as organizações solidárias são observadas como espaços que se constituem enquanto ambientes de diálogo, tomadas de decisão, elaboração e prática de projetos adaptados a seus contextos. A autora ressalta que essas experiências, mesmo que não sejam capazes de resolver todas as dificuldades das mulheres, têm contribuído na superação de algumas. Para a autora, a participação de mulheres nesse movimento pode ajudar a proporcionar o respeito por si mesmas e a conquista de autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Além disso, reforça dizendo que o aprendizado e o reaprendizado em grupo, por meio das relações de cooperação e solidariedade, possibilitam para muitas mulheres a consciência e o acesso a direitos até então inalcançáveis.

Assim, ainda seguindo a ótica da autora, a proposta da economia solidária vai além de facilitar o acesso a atividades geradoras de renda, uma vez que isto não bastaria para reduzir a desigualdade sexual e garantir uma igualdade real. Tal igualdade esbarra no caráter multidimensional da pobreza, na inadequação das instituições e ainda na desigualdade da divisão dos trabalhos familiares. A economia solidária existe, segundo essa visão, como proposta de superação de tais obstáculos, uma vez que essas iniciativas criam espaços intermediários entre as esferas pública e privada/doméstica, entre o monetário e o não-monetário. As experiências de economia solidária promoveriam, assim, três possibilidades de eliminação desses bloqueios. Primeiro, por desempenharem um papel de justiça de proximidade (que visa diminuir as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada); segundo, como espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas, pois “se apresentam nesse aspecto como modos de acesso à fala pública para pessoas

que geralmente não o têm” (GUÉRIN, 2005, p. 17), podendo assim participar da transformação das instituições, e conseqüentemente, em terceiro, contribuiriam com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, participando da revalorização das práticas recíprocas.

A experiência da Pracaju parece apontar na direção da superação de tais obstáculos, uma vez que o projeto permite às mulheres que o fazem, através do fortalecimento dos seus vínculos, um lugar de fala e de tomada de decisões em conjunto, além de trocas de informações e conhecimento. As conversas observadas ao redor da mesa onde produziam os alimentos, enquanto o faziam, muitas vezes estavam ligadas a como fazê-lo da melhor forma, mas tantas outras vezes, elas trocavam informações e se ajudavam, como, por exemplo, quando tiravam dúvidas entre elas sobre quais documentos eram necessários para dar entrada ao processo de aposentadoria ou para conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>8</sup>.

## **DÁDIVA E RECIPROCIDADE ENTRE AS MULHERES DA PRACAJU**

À luz da teoria da dádiva (MAUSS, 2003)<sup>9</sup>, sabe-se que tais especificidades da economia solidária que os autores citaram mais acima estão imbricadas no circuito positivo e moderno da dádiva, cuja essência é a reciprocidade da ação orientada por um forte vínculo social. Para Mauss (2003), o conceito da dádiva envolve uma regra moral que movimenta a confiança mútua, a reciprocidade ou um sistema de prestações e contra-prestações: o princípio ou livre obrigação de dar, receber e retribuir. As relações entre os indivíduos formam, assim, uma rede de relacionamentos horizontais, de forma orgânica e interdependente, fundamentadas em vínculos modernos de confiança, fortes o suficiente para superar os interesses exclusivamente individuais e utilitaristas (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Tal teoria torna-se, então, fundamental para a compreensão da economia solidária.

---

<sup>8</sup> A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento que identifica o produtor ou a produtora familiar e é necessária para que esse agricultor ou essa agricultora esteja apto/a a participar das políticas públicas para a agricultura familiar, como o financiamento da habitação rural e o Programa de Aquisição de Alimentos.

<sup>9</sup> Marcel Mauss analisou costumes que foram catalogados por pesquisadores em sociedades de pequena escala, em diferentes contextos e épocas, sendo que sua teoria continua a lançar luzes para o entendimento do fenômeno social do dom em comunidades contemporâneas e ocidentais.

A reciprocidade é, então, como afirma Paulino (2012), uma categoria componente da significação antropológica da economia solidária. Assim, a compreensão da dinâmica não utilitária que perpassa os processos associativos alimentados pelo ideal de cooperação induz à discussão de tal elemento. Segundo o autor,

uma descoberta histórica surge a partir do interesse antropológico pelas práticas que envolvem a associação de sujeitos em atividades de aparente inutilidade, nas quais se investe tempo e trabalho, sem um retorno manifesto na forma de ganho material, rendimento ou lucro. Assim, a antropologia descobre que o *homo economicus* não existe universalmente; ou seja, o homem utilitarista, movido pela ambição, pela ânsia do lucro e da acumulação privada é uma criação da economia de mercado, exacerbada pelo espírito liberal (PAULINO, 2012, p. 189).

Assim, as maneiras de produção que têm por base a reciprocidade surgiriam como formas de resistência ao *ethos* mercadológico. É importante considerar que os empreendimentos econômicos solidários não negam o mercado, mas vislumbram um mercado solidário, haja vista que todo produtor ou produtora necessita de um mercado para fazer circular seus produtos, para fazer acontecer o ciclo produção, troca, consumo.

Nesta perspectiva, a Pracaçu é, para as mulheres que a compõem, um espaço que extrapola a produção meramente mercadológica e atinge outras esferas, possibilitando a famílias que, apesar de se conhecerem e morarem na mesma comunidade e não possuíam laços sociais maiores, vivam um processo de fortalecimento de vínculos e, a partir daí, alcancem um fortalecimento delas mesmas.

O depoimento de Regina sobre a importância da Pracaçu após o falecimento do seu filho, também demonstra como o projeto funcionou como espaço de solidariedade e fortalecimento. Além de enfrentar o marido, para estar lá, Regina encontrou um apoio que não encontrava dentro de casa. Ela conta que não sabe como seria sua vida se não fosse a Pracaçu: “se eu ficasse em casa eu não sei como é que ia ser”, afirma ela.

Segundo Leite (2009), o recurso à reciprocidade trata de abordar os problemas cotidianos coletivamente na esfera pública, no lugar de buscar saná-los individualmente no âmbito privado. Para a autora, que se apoia no pensamento de Laville, os serviços de proximidade baseiam-se, assim, nas

práticas cotidianas das populações, nas relações e nas trocas simbólicas que tecem a trama diária da vida local, nas aspirações, nos valores e desejos das pessoas, que são os usuários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 104, *apud* LEITE, 2009, p.8).

Para Mauss,

[...] não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam [...] o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se antes de tudo de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente (2003, p. 44-45).

Como demonstram França Filho e Dzimira (1999), a dádiva constitui um dos componentes fundamentais da economia solidária e é justamente tal aspecto que aponta para o caráter inovador de suas experiências, do ponto de vista organizacional. Tal inovação se dá a partir da manifestação da dádiva para além do espaço restrito da esfera doméstica. Citando Laville (1994), os autores destacam que se assiste, assim, a uma espécie de “impulsão recíproca”, no seio da esfera pública. Os autores esclarecem que a aproximação entre os termos da dádiva e da economia solidária,

não significa uma identificação de forma simplista da economia solidária a uma espécie de economia da dádiva. Aqui trata-se muito mais de relação de envolvimento. A dádiva participa da economia solidária, manifestada notadamente através do ato voluntário (dádiva de si mesmo, do seu tempo, etc) (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999, p. 141).

As mulheres da Pracaju voluntariam-se de diversas maneiras no cotidiano do projeto. No convívio com elas nas suas atividades, pode-se perceber a dedicação de cada uma em cada tarefa: se fosse para colher cajá, colhiam até encher todos os baldes que tinham à disposição, sem que houvesse uma ordem superior para isso; quando parecia não haver mais frutos pelo chão, alguma tomava a iniciativa de pegar uma vara para balançar o pé e ver cair mais. A atenção delas em cada etapa do processo de fabricação das comidas e bebidas saltava aos olhos. O que se via era doação. Não só isso. Elas levavam presentes feitos por elas mesmas para enfeitar a fábrica, como uma capa de garrafão e outra de botijão, que Regina levou. A ida ao trabalho, a

despeito de muitas vezes não estarem sendo remuneradas, e o acompanhamento de atividades extras, como o dia em que foram assistir Joselina carregar a tocha olímpica em nome do projeto são demonstrações do ato voluntário, que caracteriza a dádiva, de que França Filho e Dzimira falam.

Segundo as respostas dadas por elas, a motivação principal que as levou a buscarem o projeto foi de fato a necessidade da geração de renda, ou mesmo de uma renda extra. No entanto, a convivência com elas e as narrativas que foram ouvidas mostraram que a presença no local é motivada muito mais por laços afetivos que se construíram a partir do cotidiano no trabalho, do que por fins financeiros. Demonstração disso também é o fato de que, como dito, dos cinco meses em que o trabalho de campo foi realizado, em três seguidos elas estavam sem receber remuneração das vendas para o PAA<sup>10</sup> – principal e, muitas vezes, única fonte de renda do projeto – e ainda assim não deixavam de ir ao trabalho.

Observa-se, assim, que economia solidária não se faz isoladamente. Ela depende de outros eixos, como políticas de governo, que, como demonstrado, nem sempre funcionam a contento, uma vez que não são priorizadas. Apesar de tais limites, o trabalho das mulheres da Pracaçu é feito de forma contínua. Quando questionadas sobre o fato de irem trabalhar sem estar recebendo remuneração naquele momento, as respostas confirmavam que os laços que se formaram a partir daquela experiência faziam com que elas ressignificassem o papel daquele trabalho nas suas vidas. O projeto traz, dessa maneira, um processo transformador nas suas vidas, e elas passam também a refletir sobre os valores da sociedade capitalista.

Na minha vida, cara, foi assim uma transformação também sabe, nossa! Esse meu jeito de querer mais, assim, de querer aprender mais com elas e passar mais pra elas, isso fez com que eu até visse... dinheiro é bom, mas às vezes não é tudo, sabe? Eu sei que é necessário a gente ganhar, por uma questão se sobreviver, mas aí eu fico pensando: 'será que se eu tivesse numa empresa ganhando salário eu taria assim?'. Eu acredito que não. [...] talvez eu não taria feliz dentro de uma sala fechada, sem convívio, assim, humano e de

---

<sup>10</sup> A situação de atraso na dinâmica do repasse do PAA não pode passar despercebida, uma vez que reflete a situação da economia solidária no tripé governo - sociedade - mercado, aparecendo como via de análise para evidenciar a falta de prioridade do governo em relação ao fenômeno em questão. Essa ausência de prioridade tem, assim, por consequência, a dificuldade da sustentabilidade desses projetos. Tal observação também importa, pois demonstra que a análise antropológica não se restringe à esfera micro, permitindo que se perceba também quando a esfera macro rebate na experiência local.

peessoas, sabe, com realidades tão diferentes, sabe, mas mesmo assim que se unem por uma causa só e passam a sonhar juntas (Lily, 35 anos, maio/2016).

A fala de Lily coaduna com a visão de Singer (2001) sobre o papel transformador da economia solidária, em que a experiência autogestionária traz à tona uma potencialidade educativa, permitindo que, através das práticas das quais lançam mão, a autogestão ofereça a possibilidade de educação e transformação do comportamento daqueles que vivem a experiência, possibilitando que suas ações passem a ser pautadas por valores divergentes daqueles das relações sociais capitalistas.

Finalmente, o que se observa na experiência da Pracaju corrobora a reflexão do mesmo autor sobre a integração das mulheres na economia solidária. Para Singer (2012), esse tipo de associação não lhes emancipa somente pela maior segurança econômica. Através desse processo, elas também passam a usufruir da possibilidade de se tornarem “efetivamente iguais aos outros trabalhadores em direitos, independentemente de gênero, etnia, idade e outras características dos seres humanos que os diferenciam” (p.47) e são muitas vezes motivos de discriminação. Ao participarem desses empreendimentos coletivos, as mulheres passam a viver um processo de aumento da autonomia que as permite “agir de acordo com suas inclinações e desejos sem receio de colocar em risco o seu lugar na cooperativa de trabalho que lhes pertencem [*sic*]” (p.48). A oportunidade de realizar reuniões que visam a deliberação das questões do empreendimento, onde os problemas são discutidos e soluções são adotadas, capacita-as para participarem como membros ativos da autogestão. Tais ocasiões configuram-se como possibilidade de aprendizado que as faz compreender ser possível “superar a alienação em que homens e mulheres que meramente vendem sua capacidade de produzir ao capital são mantidos” (p. 48). É através dessa perspectiva que se pode ponderar que a alternativa da economia solidária como porta de saída da pobreza para essas mulheres é efetivamente emancipatória.

## **O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PRACAJU NO CONTEXTO DOS IMPACTOS DO CIPP: considerações finais**

Falar da comunidade de Baixa das Carnaúbas com as pessoas que lá vivem é ouvir delas relatos do crescimento da violência, da mendicância, da prostituição de jovens, do uso de drogas. Para esses moradores, o aumento de tais mazelas está relacionado com o grande fluxo de trabalhadores que passam a morar na região em função da necessidade de mão-de-obra advinda da implantação do CIPP.

Apesar de não ter sido objetivo da pesquisa analisar os impactos do CIPP, tornou-se incontornável falar da comunidade Baixa das Carnaúbas sem passar por esse assunto, uma vez que as narrativas de quem mora no local levavam constantemente ao tema. Assim, aqui se contextualiza o surgimento de tal empreendimento, demonstrando como a comunidade local insere-se em uma conjuntura mundial que privilegia o capital financeiro em detrimento dos custos socioambientais. No âmbito da mundialização do capital, arranjos e fenômenos que se configuram, por um lado, como braços da reestruturação produtiva, como o CIPP e a CSP, e, por outro lado, como alternativas a esse processo, através das experiências da economia solidária, ocorrem em diferentes contextos no cenário mundial. O contexto aqui descrito pode ser tomado como um caso entre muitos que ocorrem no mundo contemporâneo.

Se nas primeiras idas a campo o nome da CSP, principal empreendimento do CIPP, através das falas das lideranças, era sempre vinculado a benesses, uma vez que, como já dito no início deste artigo, foi através de um programa da empresa que o projeto Pracaju recebeu seu primeiro financiamento, com o tempo foi se tornando claro que, de uma forma geral, há uma certa concordância de que o investimento da CSP no projeto é uma maneira de compensação pelos impactos negativos que sua chegada traz para a comunidade. Após alguns meses indo à Baixa das Carnaúbas, uma das pessoas entrevistadas (optou-se aqui por não expor seu nome) desabafa que

isso que eles fazem não é porque são bonzinhos não, é compensação, é obrigação deles por lei! Tá me vindo um estalo de que isso é tipo um cala a boca pra gente não questionar muito. [...] eles vêm desmatando tudo lá por dentro! A gente, que é da comunidade, que é nosso patrimônio, não pode, mas eles vêm fazendo... (junho/2016).

Após relatar muitas das transformações advindas da chegada de pessoas de fora na comunidade, como aumento de assaltos, prostituição,

mendicância e venda de drogas, Lily, que é filha de pescador, relata sentir tristeza ao ver que a pesca no Pecém, localidade vizinha à sua, foi sendo deixada de lado com a chegada das empresas do CIPP. Porém, segundo ela em função da crise, percebe-se que muitos estão voltando para a atividade, e que, com isso, estão novamente comendo peixe fresco no Pecém, cujos moradores já haviam se habituado a comprar o pescado de fora. Ela faz um paralelo com a agricultura na comunidade Baixa das Carnaúbas ao explicar que na sua região as atividades da agricultura foram paulatinamente perdendo espaço para o trabalho nas empresas. Assim, explica-se que no projeto Pracaju existe também a preocupação com o resgate da prática do trabalho com a terra.

Eu creio que aqui vai ser um projeto, uma caminhada longa e devagarzinho, mas eu creio que, assim como os pescadores do Pecém tiveram esse... aqui também pode ter, sabe? Porque a maioria tem terra, tem terra pra plantar nos quintais [...] e fazer um investimento pra voltar a trabalhar com isso eu acredito que vale, eu acredito mesmo, por que aqui, há alguns anos atrás era o lugar, a comunidade, a região que mais se produzia hortaliças, aí depois que veio esses empreendimentos, filhos dos horticultores, eles já não quiseram mais trabalhar nas hortas, eles preferem trabalhar nas empresas (Lily, 35 anos, maio/2016).

Eu acredito que seja uma forma de compensação, né? Porque realmente houve um grande impacto na comunidade! E se essa oportunidade chegou nas nossas mãos a gente tem que aproveitar e usufruir disso porque o impacto foi grande, né? E agora com isso a gente tem que reverter, e mais, de uma certa forma, fortalecermos elos, laços com outras comunidades. [...] então, a Pracaju ela não tá limitada simplesmente em quinze famílias que trabalham aqui dentro. Ela atende um grupo de produtores onde são vinte produtores de caju. [...] a Pracaju chega com oportunidade de geração de renda pra eles, onde a gente compra a cajá, certo? Quando eu vi as mãezinhas correndo, pro mato, saindo com as cajás, outras carregando caixas nas bicicletas e, assim, garantir que aquele dia ali tinha alimentação por que a Pracaju chegou para comprar as cajás. São treze famílias hoje contempladas pela compra da cajá pela a Pracaju, aí você veja a dimensão que é, onde ela pode chegar, onde ela tá atingindo. A Pracaju ela tá saciando fome de outras pessoas, de outras comunidades aqui vizinhas. A gente foi impactado, mas a Pracaju ela veio também, eu acredito assim, pra impactar (Joselina, 48 anos, maio/2016).

O relato de Joselina corrobora a ideia de que o financiamento do projeto Pracaju por parte da CSP, através do Programa Ideia da Gente, se dá em busca de compensação pelos impactos que sua implantação trouxe para as comunidades nos seus arredores. As falas acima demonstram, ainda, a preocupação dessas mulheres com a comunidade como um todo.

Reconhecendo os impactos que a instalação das indústrias do CIPP ocasionou no local – no que diz respeito à desvalorização da agricultura como meio de subsistência ou ao desemprego daqueles que não tiveram oportunidades de trabalho nas empresas por falta de qualificação, ficando muitas vezes sem renda –, elas buscam também, através do projeto Pracaju, expandir os benefícios para além daquelas mulheres que lá trabalham.

A preocupação com o desenvolvimento local que se pode inferir a partir das falas acima e a aposta da Pracaju em ajudar pessoas da comunidade através da compra dos frutos dos seus quintais, que se somam aos colhidos pelas catadoras associadas, remetem à relação entre desenvolvimento local, economia solidária e meio ambiente. O projeto, portanto, se apresenta como um meio de recuperar o costume da agricultura, devolvendo para a comunidade a possibilidade de crescer a partir das riquezas locais, como a cultura de hortaliças mencionada na fala de Lily.

O desenvolvimento local prioriza os atores sociais como protagonistas de suas ações e apresenta-se, assim, como alternativa ao desenvolvimentismo atual, uma vez que é direcionado para o engajamento das relações sociais na própria comunidade, levando em conta seus valores, sua história e cultura, bem como seu potencial econômico e suas necessidades sociais, proporcionando, então, a superação do individualismo (SILVA; BARBOSA, 2014). Assim, de acordo com Muls (2008) *apud* Silva e Barbosa (2014), é necessário pensar o território “como um ator, como um sujeito” que se compõe por meio da ação coletiva e da construção de instituições locais, questionando as teorias tradicionais do desenvolvimento.

Para Paulino (2012), a economia solidária é um projeto político onde a concepção deve sinalizar para além da amenização dos impactos advindos da situação de pobreza. É, assim, um “projeto a ser construído na radicalidade democrática, no sentido de impulsionar o desenvolvimento local a partir da distribuição de renda” (p. 212).

Segundo Paulino (2012), as abordagens analíticas que se propõem a explicar a economia solidária demonstram que os empreendimentos associativos nascidos “no seio da crise do mundo do trabalho representam soluções para os que foram excluídos ou marginalizados na esfera produtiva no mercado formal”, mas podem, ao mesmo tempo apontar para “a

possibilidade de surgimento de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico” (p.159). Ainda de acordo com o autor,

a percepção do crescimento de práticas produtivas orientadas pelo princípio da solidariedade conduz à crença de que estão em cena não apenas soluções paliativas para o problema do desemprego. Enfatiza-se, portanto, a possibilidade de que as experiências de economia popular e solidária sejam protagonistas do desenvolvimento local, como formas concretas de resistência e oposição à dinâmica capitalista (2012, p. 160).

O diálogo entre as perspectivas de desenvolvimento local e economia solidária também se verifica na relação entre a Pracaju e a comunidade, bem como em comunidades vizinhas. É interessante, então, destacar como a experiência da Pracaju desponta enquanto possível alternativa de desenvolvimento local para uma comunidade que sofre tanto com os efeitos da lógica capitalista, através, por exemplo, da implantação de um empreendimento como o CIPP, que se faz à revelia do bem estar comunitário e da preservação do meio ambiente, ocasionando diversos impactos socioambientais e transformações que a comunidade vem enfrentando nos últimos anos, relatados pelas mulheres da Pracaju.

Assim, quando elas relatam o quanto é bom sair andando nas ruas das comunidades vendendo seus produtos de porta em porta, é interessante notar que, muitas vezes, elas os vendem em comunidades onde também compraram frutos, gerando renda e oportunidades, demonstrando, assim, que os benefícios trazidos pela Pracaju, como havia nos relatado Joselina, ultrapassam o número de mulheres que lá trabalham. Além da geração de renda direta através da compra, o projeto proporciona ainda um estímulo para que as pessoas voltem a trabalhar com a terra, reconhecendo as potencialidades do ambiente em que vivem e assim fortalecendo a comunidade, ou como aponta Lily, “planta uma sementinha”, fazendo com que os próprios moradores recomecem a valorizar o sustento através da terra.

O abandono por parte do poder público com a comunidade de Baixa das Carnaúbas também se verifica nas falas de parte da população que relata não possuir água encanada em casa, mas assiste ao uso desenfreado desse mesmo bem natural por parte das termelétricas do CIPP. Como afirma Teles (2015), o Governo do Estado, no intuito de dotar o território de condições para a implantação de grandes empresas no CIPP, privilegia ações como a

construção de uma adutora exclusiva para o fornecimento de água ao Complexo, “em detrimento de ações que contemplassem a população local” (p. 207), reproduzindo um modelo de indústria que demanda elevado volume de água contínua para seu funcionamento. Parte das mulheres da Pracaju tem se mobilizado junto a fóruns sobre a temática ambiental, no intuito de lutar pelo acesso à água na comunidade.

O empenho das mulheres da Pracaju em lutar por melhorias para a comunidade é retribuído pelos moradores através de uma relação de confiança, além de empréstimos financeiros que algumas vezes são feitos com outros membros da associação de moradores, há ainda outra forma que se pode observar de como a comunidade abraça o projeto Pracaju. É no que diz respeito à comercialização dos seus produtos que ainda não contam com rótulo de informações nutricionais obrigatórias, uma vez que o projeto ainda não foi formalizado, reconhecido institucionalmente, como uma cooperativa. Para as maiores empresas a venda dos produtos da Pracaju é proibida, pois o projeto ainda não possui o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). No entanto, baseados em uma relação de confiança com o método de trabalho das mulheres do projeto, alguns estabelecimentos menores da comunidade comercializam alguns de seus produtos, elevando também assim sua variedade de opções de venda. Um dos produtos que os pequenos comércios da comunidade passaram a vender a partir da Pracaju foi a polpa da ubaia<sup>11</sup>.

Para Paulino,

A economia solidária não acontece por decreto nem por intenções apenas declaradas. Nem se materializa somente por ter um nome, por ter sido “batizada”. Trata-se de um processo histórico de construção simbólica, pedagógica, que alcança substância onde existe terreno fértil para seu desenvolvimento. Onde a comunidade local tem um histórico de lutas sociais consolidado. Onde o sentimento de pertença é capaz de reforçar laços de confiança, reciprocidade e cooperação, suscitando também a construção do empoderamento comunitário (2012, p. 372).

A Pracaju insere-se, assim, em uma conjuntura mundial na qual a economia solidária pode ser uma via de fortalecimento do desenvolvimento local. Através dessa experiência, as mulheres estabelecem laços que vão além

---

<sup>11</sup> Somada à atenção ao resgate da agricultura, antes exposta, a informação sobre a ubaia reforça aqui o papel da Pracaju como experiência que busca também valorizar os potenciais da região, preocupando-se, assim, com a preservação de suas riquezas.

da rotina no trabalho e se expandem à comunidade local e a comunidades vizinhas, através da venda em pequenos comércios ou de porta em porta, dos empréstimos com colegas da Associação, e da compra de frutos de pequenos produtores. Assim, pode-se afirmar que, se é bom para elas irem até as comunidades, é bom para as comunidades que a Pracaju vá até lá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ANDION, Carolina. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p 79-101, jan/mar. 2005.

CASTANHEIRA, M. E. M. e PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Revista Katálysis*. Vol. 11 N. 1 p. 116-122. Jun/2008. ISSN: 1414-4980. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100011)>. Acesso em 29 Nov. 2014

CAUCAIA guarda reduto de fauna e flora no CE. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18 maio 2013. Disponível em: <[http://www.quebusca.com.br/news/pt\\_br/caucaia\\_guarda\\_reduto\\_de\\_fauna\\_e\\_flora\\_do\\_ce\\_diario\\_do\\_nordeste/redirect\\_13041197.html](http://www.quebusca.com.br/news/pt_br/caucaia_guarda_reduto_de_fauna_e_flora_do_ce_diario_do_nordeste/redirect_13041197.html) > Acesso em 12 mai. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Análise e dados, SEI, Salvador, v. 12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA, G., DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. *O&S*. v.6, n.14 jan/abr 1999.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LAVILLE, Jean Louis. *Economía Social y Solidária – Una Vision Europea*. Editora: Altamira, 2004.

\_\_\_\_\_. Ação pública e economia: um quadro de análise, in França Filho et al., *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Impasses, avanços e desafios da ação pública em economia solidária: uma perspectiva comparada Brasil-França. In: Seminário Franco-Brasileiro sobre economia solidária e as novas configurações do trabalho. UNICAMP/IFCH: Campinas, SP, 2009.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v.24, n. 69, São Paulo. Fev/2009.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLIVEIRA, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Revista Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

PAULINO, A. G. L. *Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

RAZETO, Luis Miguel. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34-58.

SILVA, Queite M. Soares; BARBOSA, Rômulo Soares. Economia solidária e desenvolvimento local: um olhar sobre a cooperativa do Riachão na comunidade rural de Montes Claros – MG. In: IV Congresso em Desenvolvimento Social: mobilidades e desenvolvimentos, 4, 2014, Montes Claros. Anais... Montes Claros, Unimonte, set. 2014.

SINGER, Paul. A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília, Edição especial, p. 46-51. 2012.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In Paul Singer e André Ricardo de Souza (orgs.), *A economia solidária no Brasil*, Contexto: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária versus Economia Capitalista. *Sociedade e Estado*. V.16, n. 1-2, Brasília, June/Dec. 2001.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELES, Glauciana Alves. *Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2015. 403f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará.

VAN HERK, Andrea Costa. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do Terceiro Setor. 2011. 188f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.